

MARCIO PESTANA

Licitações Públicas no Brasil

**Exame integrado das Leis
8.666/1993 e 10.520/2002**

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2013

© 2012 by Editora Atlas S.A.

Capa: Roberto de Castro Polisel
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pestana, Marcio
Licitações públicas no Brasil: exame integrado das Leis 8.666/1993 e
10.520/2002 / Marcio Pestana
São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia.
ISBN 978-85-224-7745-6
eISBN 978-85-224-7746-3

1. Licitações 2. Licitações – Brasil 3. Licitações – Leis e legislação –
Brasil I. Título.

13-01665
CDU-351.712.2.032.3(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Leis: Licitações: Direito administrativo 351.712.2.032.3(81)(094)
2. Leis: Licitações: Brasil: Direito administrativo 351.712.2.032.3(81)(094)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

57423693C1

Sumário

Apresentação, xxxi

1 AS NORMAS GERAIS LICITATÓRIAS, 1

- 1 Introdução, 1
- 2 Retrospectiva, 2
- 3 O ordenamento jurídico licitatório, 7
 - 3.1 Constituição Federal, 7
 - 3.2 As normas gerais infraconstitucionais envolvendo a licitação, 10
- 4 Normas jurídicas de licitações em segmentos ou situações específicas, 13
 - 4.1 Serviços de telecomunicações, 14
 - 4.2 Saúde, 16
 - 4.3 Petróleo, 16
 - 4.4 Concessão florestal, 18
 - 4.5 Serviços de publicidade, 19
 - 4.6 Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, 22
 - 4.6.1 Fases do processo licitatório, 23
 - a) Preparatória, 23
 - b) Habilitação, 24
 - c) Publicidade do instrumento convocatório, 24
 - d) Apresentação de propostas ou lances, 25
 - e) Disputa aberta e fechada, 25
 - f) Critérios de julgamento, 26
 - f.1) Menor preço ou maior desconto, 26
 - f.2) Técnica e preço, 27

- f.3) Melhor técnica ou melhor conteúdo artístico, 27
 - f.4) Maior oferta, 28
 - f.5) Maior retorno econômico, 28
 - g) Desclassificação de propostas, 29
 - h) Empate de propostas, 29
 - i) Julgamento e negociação, 30
- 5 A licitação: conceito e elementos, 31
 - 5.1 Processo administrativo, 31
 - 5.2 Realização prévia às contratações, 33
 - 5.3 A melhor proposta, 34

2 OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DA LICITAÇÃO, 37

- 1 Introdução, 37
- 2 Princípio da isonomia ou da igualdade entre os licitantes, 38
 - 2.1 Limites ao legislador, 40
 - 2.2 Limites à Administração Pública, 44
 - 2.3 Determinações expressas aos agentes públicos, 46
- 3 Princípio da preferência nacional, 49
 - 3.1 O empate e a preferência nacional, 51
 - 3.2 A margem de preferência, 53
 - a) Objeto, 53
 - b) Aspecto pessoal, 54
 - c) Condições, 55
 - i) Normas técnicas, 55
 - ii) Estudos periódicos, 56
 - iii) Ato administrativo, 57
 - d) Determinados aspectos da margem de preferência, 58
 - i) Aspecto substancial, 59
 - ii) Aspecto quantitativo, 59
 - iii) Aspecto facultativo, 60
 - iv) Aspecto da inaplicabilidade, 61
 - 3.3 Reserva de mercado: sistemas de informação e comunicação, 62
- 4 Princípio da Legalidade, 63
- 5 Princípio da Impessoalidade, 69
- 6 O Princípio da Moralidade, 73
- 7 O Princípio da Probidade Administrativa, 77
 - 7.1 Valores da probidade administrativa, 79
 - 7.2 Os tipos de improbidade administrativa, 80

- 7.3 O administrado ímprobo, 82
- 7.4 Improbidade administrativa na licitação, 82
- 7.5 Violações graves ou singelas aos princípios da Administração Pública, 83
- 7.6 Sanções, 84
- 8 O Princípio da Publicidade, 86
 - 8.1 O princípio da publicidade administrativa, 88
 - 8.2 Modalidades, meios e finalidades do princípio da publicidade nas licitações, 89
 - 8.3 Violação ao princípio da publicidade, 94
- 9 Princípio da vinculação do instrumento convocatório, 96
 - 9.1 A vinculação, 97
 - 9.2 Fundamentos do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 101
 - 9.3 Aspecto subjetivo, 102
 - 9.4 Vinculação na contratação subsequente, 105
- 10 Princípio do julgamento objetivo, 106
 - 10.1 Fundamentos do princípio do julgamento objetivo, 109
 - 10.2 Os princípios *correlatos*, 110
- 11 *Norma geral* de natureza monetária e financeira, 112

3 O OBJETO DA LICITAÇÃO, 115

- 1 Introdução, 115
- 2 Obra, 116
 - 2.1 Requisitos prévios à realização da licitação, 117
 - a) Projeto básico, 117
 - i) Orçamento, 119
 - ii) Recursos orçamentários, 121
 - iii) Licenças ambientais, 122
 - b) Projeto executivo, 123
 - c) Requisitos a serem atendidos pelos projetos (básico e executivo), 124
 - i) Padronização, 125
 - ii) Segurança, 125
 - iii) Funcionalidade e adequação ao interesse público, 126
 - iv) Economia na execução, conservação e operação, 126
 - v) Mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação, 127
 - vi) Facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra, 127

- vii) Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas, 128
 - viii) Impacto ambiental, 128
 - 2.2 Vedações, 130
 - a) Vedação à captação de recursos financeiros, 130
 - b) Quantificação indeterminada, 131
 - c) Bens e marcas diferenciadas, 131
 - d) Atualização monetária, 132
 - 2.3 Sistema de Registro de Preços, 133
 - 2.4 Pessoas físicas e jurídicas impedidas, 133
 - 2.5 Contratações diretas por licitação dispensável ou inexigível, 133
 - 2.6 Execução das obras, 134
 - 2.7 Formas de execução das obras, 136
 - 2.8 Consequências da desobediência às vedações, 137
- 3 Serviços, 141
 - 3.1 Serviços comuns, 142
 - 3.2 Serviços técnico-profissionais, 144
 - 3.3 Serviços técnico-profissionais especializados, 144
 - a) Modalidade de licitação dos serviços técnico-profissionais especializados, 145
 - b) Cessão de direitos patrimoniais na licitação dos serviços técnico-profissionais especializados, 146
 - c) Profissional da pessoa jurídica prestadora do serviço técnico-profissional especializado, 146
 - 3.4 Serviços de publicidade, 147
 - 3.5 Requisitos prévios à realização da licitação de serviços, 148
 - a) Projeto básico, 148
 - b) Orçamento detalhado, 150
 - c) Recursos orçamentários, 150
 - d) Impacto ambiental, 151
 - e) Projeto executivo, 152
 - f) Requisitos a serem atendidos pelos Projetos (Básico e Executivo), 153
 - i) Padronização, 153
 - ii) Segurança, 154
 - iii) Funcionalidade e adequação ao interesse público, 154
 - iv) Economia na execução, conservação e operação, 154
 - v) Mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação, 155

- vi) Facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade do serviço, 155
 - vii) Adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas, 156
 - viii) Impacto ambiental, 156
- g) Vedações, 156
 - i) Vedação à captação de recursos financeiros, 156
 - ii) Quantificação indeterminada, 157
 - iii) Serviços sem similaridade, 157
 - iv) Atualização monetária, 158
- 3.6 Sistema de registro de preços, 158
- 3.7 Pessoas físicas e jurídicas impedidas, 159
- 3.8 Contratações diretas por licitação dispensável ou inexigível, 159
- 3.9 Execução dos serviços, 160
- 3.10 Formas de execução dos serviços, 161
- 3.11 Consequências da desobediência às vedações, 162
- 4 Compras, 163
 - 4.1 Espécies de bens passíveis de serem comprados, 164
 - 4.2 Condições precedentes às compras, 164
 - a) Objeto, 165
 - b) Especificação do objeto, 166
 - c) Quantificação adequada, 166
 - d) Armazenamento e estoque, 167
 - e) Subdivisão em parcelas, 167
 - f) Previsão orçamentária, 169
 - 4.3 Diretrizes obrigatórias, 169
 - a) Padronização, 170
 - b) Sistema de registro de preços, 170
 - c) Semelhança com o setor privado, 171
 - d) Sustentabilidade ambiental, 171
- 5 Alienação, 172
 - a) Natureza jurídica dos bens públicos, 173
 - b) Finalidade dos bens públicos, 173
 - c) Restrições à alienação de bens públicos, 174
 - d) Natureza jurídica da alienação, 175
 - 5.1 Condições necessárias à alienação, 176
 - a) Desafetação, 176
 - b) Avaliação prévia, 177
 - c) Interesse público, 177

- d) Lei autorizadora, 178
 - e) Licitação, 179
- 6 Locação, 180
 - 6.1 Administração Pública locadora, 180
 - 6.2 Administração Pública locatária, 181
- 7 Uso de bens públicos: concessão, permissão e autorização, 183
- 8 Concessão, permissão e autorização de serviços públicos, 189
 - 8.1 Concessão comum, 190
 - a) Permissivo normativo, 192
 - b) Competitividade, 192
 - c) Audiência pública, 193
 - d) Justificação da contratação, 193
 - e) Projeto básico, 194
 - i) Aspectos substanciais, 195
 - ii) Aspectos técnicos, 196
 - iii) Aspectos financeiros, 196
 - iv) Aspectos ambientais, 197
 - f) Projeto executivo, 198
 - g) Modalidades de licitação, 199
 - 8.2 Concessões administrativas ou patrocinadas, 199
 - a) A concessão patrocinada, 200
 - b) A concessão administrativa, 200
 - c) A modalidade de licitação, 201
 - 8.3 Requisitos prévios à licitação, 201
 - a) Autorização da autoridade competente, 201
 - i) Metas fiscais, 202
 - ii) Obrigações da entidade pública, 202
 - b) Impacto orçamentário-financeiro, 203
 - c) Declaração do ordenador da despesa, 203
 - d) Fluxo de recursos públicos, 204
 - e) Plano plurianual, 204
 - f) Consulta pública, 204
 - g) Meio ambiente, 205
 - h) Lei autorizadora, 205
 - 8.4 Permissão, 206
 - 8.5 Autorização, 207

4 OS SUJEITOS DA LICITAÇÃO, 209

- 1 Introdução, 209
- 2 Direito público subjetivo, 209
 - 2.1 Sujeitos do direito subjetivo de natureza pública, 210
 - 2.2 Aplicação a todas as modalidades e espécies de licitação, 211
 - 2.3 Ato administrativo formal, 211
- 3 Entidades obrigadas a licitar: regime jurídico fechado, 212
- 4 Empresas públicas e sociedades de economia mista: regime jurídico semiaberto, 214
- 5 Entidades paraestatais, 218
- 6 Pessoas interessadas, 220
 - 6.1 Pessoas físicas, 221
 - 6.2 Pessoas jurídicas, 222
 - 6.3 Consórcios, 223
 - 6.4 Microempresas, empresas e cooperativas de pequeno porte, 225
 - 6.5 Cooperativas, 227
 - 6.6 Pessoa estrangeira, 229
- 7 Sujeitos com função motriz na licitação, 230
 - 7.1 A autoridade competente, 230
 - 7.2 Comissão de licitação, 231
 - a) Caráter permanente ou especial, 232
 - b) Composição da Comissão, 232
 - c) Pluralidade de Comissões, 232
 - d) O Convite, 233
 - e) Profissionais habilitados, 233
 - f) Responsabilidade dos membros, 233
 - g) Duração e recondução, 234
 - h) Concurso, 234
 - 7.3 Subcomissão técnica, 235
 - a) Composição da subcomissão, 236
 - b) O procedimento de escolha dos membros da Subcomissão, 236
 - 7.4 Comissão de Recebimento, 238
 - 7.5 Pregoeiro, 240
 - 7.6 Leiloeiro, 241
 - 7.7 Consultoria jurídica, 242
- 8 Pessoas impedidas de participar da licitação, 245

5 OS PROCESSOS, SISTEMAS E REGISTROS INSTRUMENTAIS, 247

- 1 Introdução, 247

- 2 Sistema de registro de preços, 248
 - 2.1 Objeto, 248
 - 2.2 Diretrizes, 249
 - a) Pesquisa de mercado, 250
 - b) Publicidade dos preços registrados, 251
 - c) Regulamentação, 251
 - d) Modalidade de licitação, 252
 - e) Controle e atualização dos preços registrados, 252
 - f) Validade do registro, 253
 - g) Desobrigação em contratar, 255
 - h) Informatização do sistema, 256
 - i) Impugnação e recursos, 256
 - 2.3 Adoção do sistema no plano federal, 257
 - 2.4 A preferência pelo sistema de registro de preços, 258
 - 2.5 Tipos de licitação, 260
 - 2.6 Aspecto subjetivo, 263
 - a) Contratante: interessado originário e o *carona*, 263
 - b) Contratado, 266
 - 2.7 A ata de registro de preços, 267
 - 2.8 Subdivisão quantitativa, 268
 - 2.9 Alteração dos preços registrados, 269
 - 2.10 Cancelamento do registro, 271
 - 2.11 O edital, 271
 - a) O objeto, 272
 - b) Estimativa, 273
 - c) Preço unitário máximo, 273
 - d) Quantidade a ser cotada, 275
 - e) Condições genéricas e específicas, 275
 - f) Prazo de validade do registro de preço, 276
 - g) Os órgãos e entidades participantes do registro de preço, 276
 - h) Planilhas e minutas de contratos, 277
 - i) Penalidades, 277
- 3 Processo de padronização, 278
 - 3.1 O processo administrativo, 278
 - 3.2 A Comissão de Padronização e a decisão de padronização, 279
 - 3.3 O padrão, 280
 - 3.4 Destinatários da padronização, 282
 - 3.5 Duração da padronização, 282

- 3.6 A marca, 283
- 4 Sistema de registro cadastral, 284
 - 4.1 Transparência e publicidade do sistema, 286
 - 4.2 Objeto do sistema de registro cadastral, 287
 - 4.3 Cadastrado, 288
 - 4.4 Comissão de Registro Cadastral, 288
 - 4.5 Critério de cadastramento, 289
 - 4.6 Duração e modificações do registro, 290
 - 4.7 Impugnações, recursos e representações, 291
- 5 Processo de pré-qualificação, 292
 - 5.1 O motivo da pré-qualificação, 293
 - 5.2 Natureza jurídica, 296
 - 5.3 Concorrência, 296
 - 5.4 O pré-qualificado, 298
 - 5.5 O pré-qualificado *singular*, 299
- 6 Sistema de cotação eletrônica de preços, 299
 - 6.1 Regime jurídico, 300
 - 6.2 O pequeno valor, 301
 - 6.3 Sujeito objeto da cotação, 302
 - 6.4 Leilão às avessas, 302
 - 6.5 Funções do órgão promotor da cotação, 303
 - 6.6 Obrigações do fornecedor, 304
 - a) O procedimento no sistema, 304
 - b) Anulação ou cancelamento da cotação, 306
 - c) Sanções, 306
 - d) Condições de recebimento do objeto, 307
 - e) Prazo para pagamento, 308
 - f) Foro, 308

6 AS MODALIDADES DE LICITAÇÃO, 309

- 1 Licitação e o aspecto espacial, 309
- 2 Modalidades, 310
- 3 Concorrência, 311
 - 3.1 Habilitação preliminar e a ampla possibilidade de participação, 312
 - 3.2 Objeto da concorrência, 312
 - a) Contratações de obras e serviços de engenharia, demais serviços e para a aquisição de bens, 313
 - b) Relações doutras naturezas jurídicas, 315
- 4 Tomada de preços, 317

- 4.1 O prazo de atendimento, 317
- 4.2 Objeto do cadastramento, 318
- 4.3 Objeto da tomada de preços, 319
- 5 Convite, 320
 - 5.1 Os destinatários do convite, 321
 - 5.2 O objeto do cadastro, 324
 - 5.3 Objeto do convite, 325
 - 5.4 Condução do convite, 326
 - 5.5 Vedações ao convite, 326
- 6 Concurso, 328
 - 6.1 Objeto do concurso, 329
 - 6.2 Concurso público e concurso, 330
 - 6.3 O instrumento convocatório, 332
 - 6.4 A condução do concurso, 333
 - 6.5 O sigilo, 333
- 7 Leilão, 334
 - 7.1 Objeto do leilão, 334
 - 7.2 O procedimento no leilão, 336
 - 7.3 A habilitação no leilão, 337
 - 7.4 Aspectos financeiros e econômicos, 338
- 8 Pregão, 339
 - 8.1 Objeto do pregão, 339
 - 8.2 Formas do pregão, 341
 - 8.3 Objetos vedados ao pregão, 342
 - 8.4 Condução do pregão, 343
 - 8.5 Habilitação dos licitantes, 344
 - 8.6 Obrigatoriedade ou facultatividade, 345

7 OS TIPOS DE LICITAÇÃO, 347

- 1 Introdução, 347
- 2 O menor preço, 348
 - 2.1 Menor preço e os requisitos, 348
 - 2.2 As necessárias homogeneização e neutralização de distorções, 349
 - 2.3 Formas de expressão do valor, 350
- 3 A melhor técnica, 351
 - 3.1 Meios e fins, 352
 - 3.2 Objeto, 353
 - a) Serviços predominantemente intelectuais, 353

	b) Bens e serviços de informática, 354
	c) <i>Grande vulto</i> , tecnologia sofisticada e de domínio restrito, 355
3.3	Modalidades de licitação, 359
4	Técnica e preço, 360
4.1	Objeto, 360
	a) Serviços predominantemente intelectuais, 361
	b) Bens e serviços de informática, 361
	c) <i>Grande vulto</i> , tecnologia sofisticada e de domínio restrito, 363
	d) Demais situações apropriadas, 363
4.2	Peso e preponderância, 364
4.3	Modalidades de licitação, 365
5	Maior lance ou oferta, 365
5.1	O maior valor, 366
5.2	Objeto, 367
5.3	Condições precedentes e motivação, 368
5.4	Modalidades, 368
6	Melhor trabalho técnico, artístico ou científico, 369
8	A LICITAÇÃO INTERNACIONAL, 371
1	Introdução, 371
2	Licitação nacional ou internacional?, 371
2.1	A demanda como causa definidora da espécie de licitação, 371
2.2	A decisão política como causa definidora da espécie licitatória, 372
2.3	Fatores exógenos definidores da espécie licitatória, 373
3	Regimes jurídicos, 374
4	Ordenamento jurídico-licitatório-internacional <i>genuinamente</i> brasileiro, 375
4.1	Documentação: habilitação, 376
4.2	Representação legal, 377
4.3	Consórcio: a empresa responsável pelo consórcio, 379
4.4	Condições equivalentes de pagamento, 379
4.5	Determinações de política monetária e de comércio exterior, 381
4.6	Garantias de pagamento, 383
4.7	A equalização de preços das propostas, 383
4.8	Local de entrega, 385
4.9	Propostas com valores irrisórios ou simbólicos, 386
4.10	O foro e a jurisdição, 387
4.11	A arbitragem, 387
5	Ordenamento jurídico-licitatório-internacional híbrido, 394

- 5.1 O controle da licitação e da contratação no sistema jurídico híbrido, 396
- 5.2 A conformação aos princípios e normas brasileiras, 398
- 5.3 Conformação em função do objeto da licitação, assim como do aspecto pessoal daquele que contribuirá com recursos, 400
- 5.4 Instituições estrangeiras que usualmente atuam no Brasil, 401
 - a) O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 402
 - b) BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, 405
 - i) Aquisição de bens e contratação de obras e serviços, 405
 - ii) Contratação de consultores, 408
- 6 Modalidades de licitação internacional, 413

9 A LICITAÇÃO DISPENSADA, DISPENSÁVEL OU INEXIGÍVEL, 415

- 1 Introdução, 415
- 2 Licitação dispensada, 417
 - 2.1 Bens imóveis, 418
 - a) Interesse público, 418
 - b) Avaliação prévia, 419
 - c) Autorização legislativa, 420
 - 2.1.1 Impossibilidade jurídica, 421
 - a) Dação em pagamento, 421
 - b) Permuta, por outro imóvel específico, 422
 - 2.1.2 Transferência patrimonial entre entidades da Administração Pública, 423
 - a) Doação para outro órgão ou entidade da Administração Pública, 424
 - b) Venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, 426
 - c) Concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis a outro órgão ou entidade da Administração Pública, 426
 - 2.1.3 Otimização do patrimônio público, 428
 - a) Investidura, 428
 - 2.1.4 Valores sociais relevantes, 429
 - a) Programas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social, 430
 - b) Procedimentos de legitimação de posse, 431
 - c) Alienação e concessão de direito real de uso de terras públicas na Amazônia Legal, 432

- d) Concessão de título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis na Amazônia Legal, 433
- 2.2 Bens móveis, 434
 - a) Interesse público, 435
 - b) Avaliação prévia, 435
 - 2.2.1 Impossibilidade jurídica, 436
 - a) Permuta entre órgãos ou entidades da Administração Pública, 436
 - b) Venda de ações, em bolsa, 437
 - c) Venda de títulos, 437
 - d) Venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, 438
 - 2.2.2 Transferência patrimonial entre entidades públicas, 438
 - a) Venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, 439
 - b) Doação para fins e uso de interesse social, 439
 - 2.2.3 Valores sociais relevantes, 441
 - a) Legitimação de posse em terras devolutas, 442
- 3 Licitação dispensável, 442
 - 3.1 Introdução, 442
 - 3.2 A premência do tempo, 445
 - a) A emergência ou calamidade pública, 445
 - b) Hortifrutigranjeiros e gêneros perecíveis, 450
 - 3.3 Gestão e eficiência da Administração Pública, 452
 - a) Obras e serviços de engenharia de pequena monta, 452
 - b) Serviços e compras de pequena monta, 453
 - c) Licitações desertas, 455
 - d) Preços incompatíveis, 456
 - e) Remanescente de obra, serviço ou fornecimento, 460
 - f) Negócios envolvendo acordos internacionais, 461
 - g) Obras de arte e objetos históricos, 463
 - h) Garantia técnica, 465
 - i) Energia elétrica ou gás natural, 465
 - 3.4 Segurança do Estado e da Nação, 466
 - a) Guerra ou perturbação, 468
 - b) Segurança Nacional, 470
 - c) Abastecimento de veículos e tropas, 471
 - d) Material de uso das Forças Armadas, 472
 - e) Complexidade tecnológica e defesa nacional, 473

- f) Operações de paz no exterior, 474
- 3.5 Estímulo a segmentos ou atividades, 474
 - a) Pesquisa, ensino, desenvolvimento ou recuperação, 475
 - b) Pesquisa científica e tecnológica, 476
 - c) Deficiência, 478
 - d) Organizações sociais, 481
 - e) Inovação e pesquisa científica e tecnológica, 483
 - f) Resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis, 484
 - g) Assistência técnica e extensão rural, 485
 - h) Tecnologia na saúde, 486
 - i) Transferência de tecnologia de produtos estratégicos – SUS, 488
- 3.6 Interferência na ordem econômica, 489
 - a) Regulação de preços ou normalização do abastecimento, 489
- 3.7 Negócio intraestatal, 490
 - a) Bens produzidos ou serviços prestados pela Administração Pública, 491
 - b) Impressão de diários, formulários e edições, 492
 - c) Empresas públicas e sociedades de economia mista, 493
 - d) Convênio de cooperação e consórcio público, 494
- 4 Licitação inexigível, 495
 - 4.1 Hipóteses de inexigibilidade: a expressão *em especial*, 495
 - 4.2 O motivo, 496
 - 4.3 O processo administrativo, 497
 - 4.4 O agir investigativo, 498
 - 4.5 A inexigibilidade como probabilidade, 498
 - a) O aspecto material, 498
 - b) O aspecto pessoal, 499
 - c) O aspecto espacial, 501
 - d) O aspecto temporal, 502
 - 4.6 Constatação e conteúdo da singularidade, 503
 - 4.7 A decisão da contratação direta, 503
 - 4.8 Formalização do contrato, 504
 - 4.9 Inexigibilidade em espécie, 505
 - a) Aquisição de materiais, equipamentos ou determinados gêneros, 505
 - b) Serviços técnicos profissionais especializados, 507
 - c) Setor artístico, 513
- 5 Requisitos adicionais à contratação direta por licitação dispensável ou inexigível, 514

10 O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, 517

- 1 Introdução, 517
- 2 Processo administrativo, 517
- 3 Audiência pública, 520
 - 3.1 Aspecto material, 520
 - 3.2 Necessidade da audiência pública, 521
 - 3.3 Aspecto subjetivo, 524
 - 3.4 Aspecto substancial, 524
 - 3.5 Aspecto temporal, 526
- 4 O instrumento convocatório, 527
 - 4.1 Conteúdo do instrumento convocatório na Lei 8.666/1993, 528
 - 4.2 O preâmbulo, 529
 - a) Número de ordem em série anual, 530
 - b) A repartição interessada, 530
 - c) A modalidade, 530
 - d) Regime de execução, 530
 - e) Tipo de licitação, 531
 - f) Recebimento da documentação e da proposta, 531
 - g) Abertura dos envelopes, 531
 - 4.3 Objeto da licitação, 532
 - 4.4 Assinatura do contrato e retirada de documentos, 533
 - a) Sanções por inadimplemento, 533
 - b) Convocação dos demais licitantes, 535
 - 4.5 Execução do contrato, 537
 - 4.6 Entrega do objeto, 538
 - 4.7 Aplicação de sanções, 539
 - 4.8 Projeto básico, 541
 - 4.9 Projeto executivo, 542
 - 4.10 Habilitação, 543
 - 4.11 Critérios para julgamento, 544
 - 4.12 Acessabilidade eletrônica, 545
 - 4.13 Licitações internacionais, 546
 - 4.14 Aceitabilidade de preços, 546
 - a) O orçamento, 547
 - b) Limites máximos e mínimos de preços, 549
 - c) O BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, 550
 - 4.15 Critério de reajuste, 551
 - a) Periodicidade e termo inicial, 552

- b) A prova, 553
- 4.16 Instalação e mobilização, 553
- 4.17 Condições de pagamento, 554
 - a) Prazo de pagamento, 554
 - b) Cronograma, 555
 - c) Atualização financeira, 555
 - d) Compensações e apenamentos, 556
 - e) Seguro, 557
- 4.18 Recursos administrativos, 558
- 4.19 Recebimento do objeto, 559
- 4.20 Indicações diversas, 560
- 4.21 Instrumento convocatório, cuidados e publicidade, 561
- 4.22 Anexos do edital, 561
- 4.23 A minuta do contrato, 562
- 4.24 Licitação internacional, 566
- 4.25 Obras e serviços executados por empreitada por preço global, 567
- 5 O instrumento convocatório no pregão, 568
- 6 Aviso, 569
 - 6.1 Meios de publicação e divulgação na Lei 8.666/1993, 570
 - 6.2 Meios de publicação e divulgação na Lei 10.520/2002 (Pregão), 572
 - 6.3 Prazos, 574

11 A IMPUGNAÇÃO, 577

- 1 Introdução, 577
- 2 O pedido de esclarecimentos, 578
- 3 A impugnação, 579
 - 3.1 Natureza jurídica, 580
 - 3.2 Aspecto pessoal, 581
 - 3.3 Aspecto substancial, 583
 - 3.4 Aspecto temporal, 585
 - 3.5 A decadência, 588
 - 3.6 Ainda a não apresentação tempestiva da Impugnação, 590
 - 3.7 Controle pelo Tribunal de Contas, 594

12 A HABILITAÇÃO, 597

- 1 Habilitação e inhabilitação, 597
- 2 Graduação das exigências para a habilitação, 599
- 3 Formalismo, 601
- 4 Aspecto espacial na habilitação, 602

- 5 Aspectos material e formal na habilitação, 604
- 6 Aspecto temporal na habilitação, 606
- 7 Os impedidos de participar da licitação e contratação, 608
 - 7.1 Autor do projeto básico ou executivo, 609
 - 7.2 Empresa responsável pelos projetos, 610
 - 7.3 Pessoal envolvido no processo administrativo licitatório, 611
 - 7.4 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, 611
 - 7.5 A declaração de inidoneidade e o impedimento de participar de licitações e contratações com a Administração Pública, 614
 - a) As hipóteses-tipo, 615
 - b) Os destinatários da sanção administrativa, 616
 - 7.6 Impedimentos provenientes doutros normativos, 617
 - a) Impedimentos provenientes do CADIN, 617
 - b) Punição em razão de infração contra a ordem econômica, 618
- 8 Habilitação Jurídica, 619
 - 8.1 Objeto da licitação e o objeto social, 619
 - 8.2 Interessados do mesmo grupo empresarial, 620
 - 8.3 Documentação, 621
 - a) A Cédula de Identidade, 622
 - b) A empresa individual, 623
 - c) As empresas comerciais, 623
 - d) As sociedades civis, 625
 - e) Decreto de autorização, 626
 - f) Atividades sob registros específicos, 627
- 9 Regularidade fiscal e trabalhista, 629
 - 9.1 CPF ou CNPJ, 629
 - 9.2 Cadastramentos fiscais, 631
 - 9.3 A regularidade, 634
 - a) Cobrança indireta de tributos, 634
 - b) Conteúdo e extensão da regularidade, 636
 - 9.4 A regularidade social, 639
 - 9.5 Regularidade trabalhista, 640
 - 9.6 Trabalho do menor, 641
- 10 Qualificação técnica, 642
 - 10.1 Registro ou inscrição na entidade profissional competente, 644
 - 10.2 Aptidão para a atividade a ser desempenhada, 645
 - 10.3 As instalações, equipamentos e pessoal, 651
 - a) As instalações, 652

- b) O aparelhamento, 653
 - c) O pessoal envolvido, 654
 - 10.4 A capacitação técnico-profissional: obras e serviços, 654
 - 10.5 Licitações envolvendo grande vulto e alta complexidade, 658
 - 10.6 Exigências do instrumento convocatório *versus* o objeto da licitação, 660
 - 10.7 Ciência do conteúdo e extensão do objeto da licitação, 662
 - 10.8 Requisitos previstos em lei especial, 663
- 11 Qualificação econômico-financeira, 663
 - a) A expressa motivação e o aspecto qualitativo, 665
 - b) A expressa motivação e o aspecto quantitativo, 666
 - 11.1 Balanço patrimonial e demonstrações, 667
 - a) Prazo de apuração e publicação do balanço patrimonial, 669
 - b) Empresa recém-constituída, 669
 - c) Boa situação financeira, 671
 - d) Faturamento, rentabilidade ou lucratividade, 680
 - 11.2 Certidão negativa de falência ou de recuperação judicial, 681
 - 11.3 Certidão de execução patrimonial, 683
 - 11.4 Garantias da proposta, 685
 - 11.5 Capital, patrimônio líquido ou garantias, 688
 - a) Objeto, 690
 - b) O capital mínimo, 691
 - c) Patrimônio líquido mínimo, 693
 - d) *Novamente* a garantia, 695
 - e) Relação de compromissos, 696
- 12 Consórcio e a habilitação, 697
 - 12.1 Conveniência de admissão de consórcio na licitação, 699
 - 12.2 Instrumento convocatório silente, 702
 - 12.3 Estrutura jurídica do consórcio, 702
 - 12.4 Solidariedade, 703
 - 12.5 Falência, 704
 - 12.6 A liderança, 705
 - 12.7 Impedimentos, 706
 - 12.8 Consórcio: qualificação técnica e econômico-financeira, 707
 - a) Qualificação técnica, 707
 - b) Qualificação econômico-financeira, 710
 - c) Acréscimo de quantitativos e valores, 711

13 A DINÂMICA DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS, 713

- 1 Introdução, 713
- 2 Publicidade, 714
- 3 Fiscalização recíproca, 715
- 4 Diligências, 716
- 5 Preclusão, 717
- 6 Obrigatoriedade da proposta, 719
- 7 O procedimento no âmbito da Lei 8.666/1993, 720
- 8 O procedimento no âmbito da Lei 10.520/2002, 723
- 9 Procedimento do Pregão eletrônico – Decreto 5.450/2005, 725

14 O JULGAMENTO, 729

- 1 Introdução, 729
- 2 Conceito e aspectos relevantes do julgamento, 729
 - 2.1 As vedações, 731
 - 2.2 A reafirmação do princípio da isonomia, 731
 - 2.3 A subsunção estrita da proposta ao instrumento convocatório, 732
 - 2.4 A vedação à utilização de fatores artificializantes dos preços, 733
 - 2.5 A importância do instrumento convocatório e a sua vinculação, 734
- 3 Os critérios de julgamento, 735
- 4 Julgamento da licitação de menor preço, 736
 - 4.1 A decisão e a motivação no critério de menor preço, 736
 - 4.2 A proposta inexequível no menor preço, 737
 - 4.3 O empate na licitação de menor preço, 738
 - a) Empate e as micro e pequenas empresas licitantes, 739
 - b) O empate e o princípio da preferência nacional, 740
 - 4.4 Situações específicas na licitação de menor preço, 742
 - a) Bens e serviços de informática, 742
 - b) Melhor aproveitamento econômico, 743
- 5 Julgamento da licitação de melhor técnica, 744
 - 5.1 A decisão e a motivação no julgamento de melhor técnica, 745
 - 5.2 Fixação dos critérios de julgamento no instrumento convocatório, 745
 - 5.3 O preço na licitação de melhor técnica, 749
 - 5.4 O empate na licitação de melhor técnica, 752
- 6 Julgamento da licitação de *técnica e preço*, 753
 - 6.1 A ordenação, classificação e desclassificação na licitação por *técnica e preço*, 753
 - 6.2 O empate na licitação do tipo *técnica e preço*, 755
- 7 Julgamento da licitação de maior lance, 756

- 7.1 O empate na licitação do tipo maior lance, 756
- 8 Julgamento da licitação do melhor trabalho técnico, artístico ou científico, 757
- 9 A inabilitação ou desclassificação geral, 758
 - 9.1 Limites à regularização da documentação ou da proposta, 759
 - 9.2 Aspecto temporal, 762

15 A HOMOLOGAÇÃO E A ADJUDICAÇÃO, 763

- 1 Introdução, 763
- 2 Homologação: conceito e aspectos jurídicos relevantes, 763
 - 2.1 Ato administrativo vinculado, 764
 - 2.2 Aspecto pessoal, 764
 - 2.3 Objeto e efeitos jurídicos da homologação, 764
 - 2.4 A não homologação, 767
- 3 Adjudicação, 768
 - 3.1 Conceito de adjudicação, 769
 - 3.2 Ato administrativo vinculado, 769
 - 3.3 Autoridade competente, 770
 - 3.4 Adjudicatário, 772
 - 3.5 Objeto e os efeitos jurídicos da adjudicação, 772
 - 3.6 Adjudicação não imuniza os vícios do processo de licitação, 774

16 A ANULAÇÃO, A NULIFICAÇÃO, A CONVALIDAÇÃO E A RELEVAÇÃO, 775

- 1 Introdução, 775
- 2 O ato inválido, 775
 - 2.1 Ato nulo, 777
 - 2.2 Irregularidade, 778
 - 2.3 Ato anulável, 780
- 3 Formas de enfrentar o ato inválido, 782
 - 3.1 Nulificação, 783
 - 3.2 Anulação, 783
 - 3.3 Convalidação, 784
 - 3.4 Relevação, 785
- 4 Efeitos do ato de enfrentamento do ato inválido, 785
 - 4.1 Os tempos de correção, 785
 - 4.2 Os efeitos, 787
 - 4.3 Teoria do fato consumado, 790
- 5 O devido processo legal, 792
- 6 Prescrição e decadência, 794
 - 6.1 Prazo para a Administração enfrentar o ato inválido, 794

- 7 Responsabilização pela ilegalidade praticada, 796
 - 7.1 Responsabilidade administrativa ou funcional, 796
 - 7.2 Responsabilidade civil do agente, 798
 - 7.3 Responsabilidade extracontratual da Administração Pública, 800
 - 7.4 Responsabilidade por improbidade administrativa, 803
 - 7.5 Responsabilidade criminal, 806
- 8 Meios judiciais de enfrentamento do ato inválido, 807
 - 8.1 Mandado de segurança, 808
 - 8.2 Ação popular, 811
 - 8.3 Ação civil pública, 813
 - 8.4 Reclamação constitucional: súmula vinculante, 815
 - 8.5 Ação ordinária, 817
- 9 Tribunal de Contas e o ato inválido, 817

17 A REVOGAÇÃO, 821

- 1 Introdução, 821
- 2 Discricionariedade, 823
- 3 Condições, 824
 - 3.1 Autoridade competente, 824
 - 3.2 Interesse público, 824
 - 3.3 Fato superveniente, 826
 - 3.4 Motivo suficiente, 828
 - a) Realidade fática, 828
 - b) Fatos jurídicos, 828
 - c) Motivos políticos, 831
 - d) Fatos da Administração, 832
 - 3.5 Motivação, 832
- 4 Devido processo legal, 833
- 5 Indenização, 835
- 6 Ato revogador inválido, 836

18 AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, 839

- 1 Introdução, 839
- 2 Potenciais destinatários das sanções administrativas, 840
 - 2.1 Os agentes públicos, 840
 - 2.2 Os administrados, 842
 - a) As pessoas físicas, 843
 - b) As pessoas jurídicas, 844
 - c) A representação da pessoa jurídica, 844

- d) A pessoa estrangeira, 845
 - 2.3 Outros personagens, 846
 - a) O acionista ou sócio controlador, 847
 - b) Interposta pessoa, 848
- 3 A infração administrativa, 848
 - 3.1 O instrumento convocatório, 852
 - 3.2 A importância da motivação, 853
- 4 A multa, 854
- 5 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a declaração de inidoneidade, 856
 - a) Suspensão do direito de licitar e contratar, 856
 - b) Declaração de inidoneidade, 858
 - 5.1 Apenados *presentes* decorrentes de infrações *passadas*, 861
 - 5.2 Aspectos relevantes da pena administrativa nas sanções severas, 862
 - a) O dolo, 863
 - b) A culpa de intensa ou fraca intensidade, 863
 - c) Entre a culpa de intensa e a de fraca intensidade, 864
 - d) O agir e as repercussões apenadoras, 865
 - e) Causa potencialmente suspensiva, 865
 - f) Causas excludentes, 866
 - 5.3 A questão da extensão dos efeitos das sanções severas, 867
 - 5.4 O aspecto temporal das sanções severas, 874
- 6 A autoridade competente, 878
- 7 O devido processo legal administrativo, 880
- 8 A satisfação e a extinção da punição, 883
 - 8.1 A advertência, 883
 - 8.2 A multa, 883
 - 8.3 Suspensão do direito de licitar e contratar, 884
 - 8.4 A declaração de inidoneidade, 885
- 9 A revisibilidade do Poder Judiciário, 886

19 AS SANÇÕES PENAIS, 889

- 1 Introdução, 889
- 2 Dispensa ou inexigibilidade indevidas, 891
- 3 Frustrar ou fraudar caráter competitivo, 895
- 4 Patrocínio de interesse privado, 898
- 5 Modificações e vantagens indevidas, 899
- 6 Impedir, perturbar ou fraudar a licitação, 902
- 7 Rompimento do sigilo, 903

- 8 Afastamento do licitante ou do administrado, 905
- 9 Fraude contra a Fazenda Pública, 907
 - 9.1 Elevação arbitrária de preços, 908
 - 9.2 Mercadoria falsificada ou deteriorada, 909
 - 9.3 Entregar *outra* mercadoria, 909
 - 9.4 Alteração de substância, de qualidade ou de quantidade da mercadoria, 910
 - 9.5 Oneração injusta da proposta ou da execução do contrato, 910
- 10 Licitação e contratação com pessoa inidônea, 911
- 11 Interferências indevidas no procedimento ou no registro cadastral, 912
- 12 A multa, 913
- 13 Determinados aspectos do processo e do procedimento judicial, 914

20 OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS, 917

- 1 Introdução, 917
- 2 Espécies de recursos administrativos licitatórios, 918
 - 2.1 Recurso administrativo em sentido estrito, 918
 - a) Habilitação ou inabilitação do licitante, 919
 - b) Julgamento das propostas, 920
 - c) Anulação ou revogação da licitação, 920
 - d) Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, 921
 - e) Rescisão do contrato, em situações específicas, 922
 - f) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, 923
 - 2.2 Representação, 924
 - 2.3 Pedido de reconsideração, 924
 - 2.4 Recurso administrativo uninominado, 925
- 3 Procedimento dos recursos administrativos licitatórios na Lei 8.666/1993, 925
 - 3.1 Aspectos procedimentais comuns aos recursos, 925
 - 3.2 Rito procedimental do recurso administrativo em sentido estrito, 931
 - a) Intimação, 932
 - b) Apresentação do recurso, 932
 - c) Impugnação ou apoio, 932
 - d) Reconsideração ou informações, 932
 - e) Decisão, 933
 - 3.3 Rito procedimental da representação, 933
 - a) Intimação, 933
 - b) Apresentação do recurso, 933

- c) Impugnação ou apoio, 934
 - d) Reconsideração ou informações, 934
 - e) Decisão, 934
 - 3.4 Rito procedimental do pedido de reconsideração, 934
 - a) Intimação, 934
 - b) Apresentação de recurso, 935
 - c) Impugnação ou apoio, 935
 - d) Decisão, 935
- 4 Procedimento do recurso administrativo denominado na Lei 10.520/2002, 935

Bibliografia, 939